

Polícia conclui inquérito sobre execução de ex-presidente da OAB

Gilberto Leite

Da redação

A Polícia Civil concluiu na quarta-feira, 30 de abril, o inquérito que investiga a execução do advogado Renato Gomes Nery, 72 anos, morto a tiros em julho do ano passado em frente ao seu escritório, em Cuiabá. A informação foi divulgada pela assessoria da Polícia Civil na quinta-feira, 1º de maio. Dois suspeitos, já presos preventivamente, foram formalmente indiciados por homicídio triplamente qualificado. As investigações foram conduzidas pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

No mesmo dia, a DHPP finalizou também um segundo inquérito relacionado ao caso, que apurava um confronto armado ocorrido dias após o crime, no qual foi encontrada a arma usada para matar Nery. Segundo a investigação, o confronto foi forjado por policiais militares com o objetivo de plantar provas falsas e desviar as investigações. Os quatro agentes envolvi-

dos foram indiciados por homicídio qualificado, tentativa de homicídio, porte ilegal de arma e fraude processual.

De acordo com o delegado Bruno Abreu Magalhães, responsável pelo caso, ainda será aberto um inquérito complementar para apurar a participação de outros dois suspeitos já identificados, além de entender com mais clareza a sequência de envolvimento de cada um dos executores e possíveis mandantes do crime.

Após várias fases da operação "Office Crime", segundo a última deflagrada em abril, nove pessoas foram presas pelo assassinato. Entre os presos estão dois policiais militares investigados por intermediar a entrega da arma aos executores do crime e que agora também respondem por participação direta na fraude que tentou encobrir a autoria do homicídio.

CONFRONTO FORJADO - O suposto confronto ocorreu no dia 12 de julho, sete dias após o

atentado a Renato Nery. De acordo com a versão oficial apresentada pelos PMs, eles estariam em patrulhamento quando se depararam com um veículo suspeito na Avenida Contorno Leste. Durante a perseguição, teria havido troca de tiros. Um dos suspeitos foi morto, outro - um adolescente de 16 anos - ficou ferido e dois conseguiram fugir.

As investigações apontaram que o confronto foi uma tentativa deliberada de criar uma narrativa paralela, com o objetivo de induzir erro nas apurações. Segundo a DHPP, os policiais envolvidos tinham vínculos anteriores com outros investigados no caso e utilizaram de sua condição funcional para simular um patrulhamento de rotina.

Segundo os investigadores, o boletim de ocorrência registrado pelos militares continha diversas inconsistências. Informações sobre a suposta perseguição e a presença de um terceiro suspeito - identificado apenas como 'Japão'



- não foram confirmadas por imagens de segurança nem por testemunhas ou perícias no local. Além disso, a arma apreendida no confronto, uma pistola Glock, foi posteriormente vinculada por exame balístico ao homicídio de Nery, o que levou a equipe da DHPP a desconfiar da ação.

CRIME E MOTIVAÇÃO - O assassinato ocorreu na manhã do dia 5 de julho de 2024, em frente ao escritório de Nery na Avenida Fernando Corrêa. A vítima foi surpreendida por dois homens armados que atiraram à queima-roupa. Ele chegou a ser socorrido e passou por cirurgia, mas não resistiu.

Renato Nery era ex-presidente da OAB-MT e uma figura respeitada no meio jurídico. As investigações apontam que uma disputa por terras seria a principal motivação do crime, embora a polícia ainda não tenha divulgado detalhes sobre os mandantes.

*Com assessoria

RECURSOS DO PAC

Centro Histórico será restaurado

Maiaara Max | Estádio Mato Grosso



Da Redação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) anunciou, na segunda-feira, 28 de abril, um investimento de R\$ 7 milhões por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de restauração no Centro da Capital mato-grossense. Ainda durante o evento, foi formalizada a transferência de recursos para o projeto Canteiro-Modelo de Conservação de Cuiabá, uma iniciativa do Iphan em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O projeto já atua na restauração de imóveis no Centro Histórico com o apoio de professores e estudantes da Universidade e terá continuidade com os novos aportes do PAC.

A antiga sede do Iphan, na mesma rua, será uma das primeiras edificações

a receber intervenção por meio do programa. Com R\$ 2,5 milhões em recursos federais, a Casa Sete de Setembro será restaurada para abrigar a nova sede da superintendência do órgão em Mato Grosso e funcionar como espaço de educação patrimonial. O prédio, localizado na Rua Sete de Setembro, está em situação crítica, com estrutura comprometida e risco de desabamento.

Outro imóvel contemplado é o Casarão de Bem-Bem, que receberá R\$ 4,5 milhões em investimentos para a conclusão das instalações do Instituto Ciranda, escola de música que oferece aulas gratuitas à população cuiabana. Com a finalização das obras, o espaço será adaptado para ampliar a oferta de formação musical gratuita, contribuindo também para a ocupação cultural do centro da cidade.

Durante o evento, o secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), David Moura, destacou a importância da parceria com o Iphan para a revitalização de espaços que exercem forte impacto social e cultural. Um dos pontos ressaltados foi o apoio ao Instituto Ciranda, projeto voltado à educação musical gratuita, que há anos transforma a realidade de crianças e jovens. Para David, a chegada dos recursos federais é um passo essencial para potencializar esse trabalho.

"Hoje é um dia muito especial aqui. O Instituto Ciranda é um projeto apoiado pelo governo há muitos anos, que tem um trabalho incrível social com a música. E hoje a gente está recebendo o presidente do Iphan para fazer esse compromisso, assinar aqui a

parceria do Governo do Estado, da Secel, na reforma desse espaço que tanto precisa e que tanto transforma pessoas. É uma honra para gente estar aqui hoje, fazendo esse compromisso de receber esse recurso federal para tornar esse lugar cada vez mais e mais potente", explicou.

As ações anunciadas representam um passo importante para a recuperação do centro histórico de Cuiabá, que há décadas sofre com a degradação causada pela falta de manutenção, ausência de políticas contínuas de preservação, chuvas intensas e o desgaste natural do tempo. Muitos dos imóveis históricos da região estão em estado avançado de deterioração, colocando em risco não apenas a arquitetura original, mas também a memória e identidade cultural da cidade.

OBRA ETERNA

TCE fará estudo para o BRT na Fernando Corrêa

Da Redação

Com o andamento das obras do BRT entre o Aeroporto e a região do CPA, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Sérgio Ricardo, deve voltar suas atenções para o traçado entre o Coxipó e o Centro de Cuiabá. Na próxima semana, segundo ele, o TCE deverá ter um posicionamento sobre esse trecho da obra. Sérgio Ricardo fez a declaração na última segunda-feira (28), durante vistoria às obras, na Avenida do CPA.

O trecho da Avenida Fernando Corrêa da Costa não deve ficar pronto antes do fim do mandato do governador Mauro Mendes (União).

"A partir de agora, com toda nossa equipe na rua, nós vamos começar a avaliar essa questão da Fernando Corrêa. Na semana que vem nós já vamos ter um posicionamento sobre a Fernando Corrêa", falou Sérgio Ricardo.

Para o início das obras do BRT, que liga a região do Coxipó ao Centro de Cuiabá, as contratações das empresas que realizarão os serviços devem ocorrer futuramente, em processos separados dos atuais.

TRÊS TURNOS - Em entrevista à imprensa no começo da semana, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) voltou a defender que as obras do BRT sejam executadas no período noturno para acelerar a entrega do modal. Entretanto, ele ponderou

que o terceiro turno só poderá ser implementado com as novas empresas que forem contratadas.

A medida busca garantir que a entrega do novo modal ocorra até fevereiro de 2026. Porém, o terceiro turno não pode ser adotado no trecho da Avenida do CPA por falta de previsão no contrato com o consórcio que está finalizando a obra.

"O terceiro turno não estava na minha opinião, não estava no contrato do consórcio que hoje está finalizando. Então, não dá para cobrar desse consórcio. Já, já as outras empresas já começaram a entrar, já deve ter três ou quatro editais já na praça. Quando essas empresas começarem. Elas já vão trabalhar dentro desse sistema novo que está no contrato, terceiro turno, sábado e domingo", falou.

A continuidade das obras será feita por meio de divisão das obras em lotes distintos, com novas licitações para cada parte, ou seja, as empresas serão contratadas por especialidades.

Consórcio tem um prazo de 150 dias para concluir os trechos que foram abertos na Avenida do CPA. Isso inclui as pistas e infraestrutura do trecho entre o Hospital do Câncer e o CREA - exceto o trecho entre o Viaduto da Sefaz e a Defensoria Pública, que não passou por obras, assim como a conclusão de calçadas e outras adequações em Várzea Grande.

EDITORIAL

Casa dos Horrores

Mais uma vez, a Câmara Municipal de Cuiabá amanheceu sob a mira da Justiça. A operação deflagrada nesta terça-feira (29), batizada de *Perfídia*, levou ao afastamento de dois parlamentares: Chico 2000 (PL) e Sargento Joelson (PSB). A operação não surpreende, e tampouco o enredo: suspeitas de corrupção, busca por imagens e registros de acesso, quebra de sigilos, sequestro de bens. A população cuiabana assiste à repetição de um roteiro que, de tão frequente, já virou marca registrada do Legislativo municipal.

Não à toa, o apelido que tanto incomoda alguns parlamentares voltou a ecoar nas redes sociais e nas ruas: Casa dos Horrores. A primeira-secretária da Câmara, vereadora Katiúscia Mantelli, tentou rebater, dizendo que “existem vereadores dos horrores, não uma Casa dos Horrores”. Uma tentativa digna de quem ainda acredita que a culpa pode ser dissociada da instituição, como se fosse possível separar o corpo da doença que o consome.

A fala da vereadora, apesar de bem-intencionada, ignora

o cerne da indignação popular: não se trata apenas de indivíduos corruptos, mas de uma estrutura política que há muito abandonou o interesse coletivo. Quando escândalos são cíclicos, quando a ética depende do CPF e não do cargo, e quando o silêncio institucional prevalece sobre o compromisso público, o problema deixa de ser pessoal para se tornar institucional.

A presidente da Casa, Paula Calil, declarou que “cada vereador tem seu CPF”, numa tentativa de preservar a imagem do Parlamento. Mas como preservar a imagem de uma instituição que, ano após ano, operação após operação, insiste em manter o mesmo comportamen-

to permissivo, corporativista e alheio à sua missão? O desgaste não é causado por jornalistas, nem por apelidos maldosos. É causado pelos próprios atos — ou pela omissão diante deles.

A operação desta terça-feira revela, mais uma vez, o abismo entre a representação política e o interesse público. Os parlamentares afastados não estavam sendo investigados por questões menores: há suspeita de envolvimento em um esquema ligado à execução de obras públicas. Se confirmado, trata-se do uso da máquina pública para beneficiar grupos privados — uma prática nefasta que enfraquece a democracia e revolta quem paga impostos.

Enquanto a população enfrenta alagamentos, filas em postos de saúde e precariedade nos serviços básicos, parte da Câmara segue atolada em suspeitas de corrupção. E ainda se irrita com o termo “Casa dos Horrores”.

O problema não está no apelido. O problema está na persistência dos fatos que o justificam. Se a Câmara quiser se livrar desse rótulo, não adianta rejeitá-lo no discurso. É preciso enfrentá-lo com ações concretas, depuração interna, responsabilização exemplar e compromisso real com a ética pública.

Até lá, o nome vai continuar colando. E com razão.

Uma história sem fim?

Alexandre Cesar (*)

Neste artigo vamos tratar acerca dos fundamentos legais, conceito e objetivos do zoneamento, que tem seu embasamento no inciso IX do artigo 21 da Constituição Federal, que estabelece que é competência da União a elaboração e execução de “planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

Sua denominação, inicialmente Zoneamento Ambiental — como um dos instrumentos (art. 9º, II) da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981 — passou a ser padronizada nacionalmente como Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), como se vê do Decreto nº 4.297/2002, que regulamenta aquele dispositivo, estabelecendo critérios para o ZEE do Brasil, e do ‘Novo’ Código Florestal, a Lei nº 12.651/2012, que, inclusive, fixou em cinco anos o prazo, já vencido, para a elaboração e aprovação do ZEE dos Estados que ainda não o possuem (art. 13, § 2º).

Em Mato Grosso e Rondônia, porém, é denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE), como se vê das Leis Ordinárias MT nº 9.523/2011 e Complementar RO nº 233/2000. A inclusão do componente social na sua designação foi uma forma de enfatizar, quando da elaboração dos projetos de finan-

ciamentos internacionais que inicialmente lhes custearam (PRODEAGRO e PLANAFLORO, respectivamente), a necessidade de proteção dos grupos sociais vulneráveis (indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, agricultores familiares etc.) diante do avanço da fronteira agrícola no Noroeste brasileiro.

Mas, afinal, o que é um ZEE? Diversos são os conceitos elaborados pelos pesquisadores e previstos pela legislação federal e dos Estados-membros. Como forma de esclarecer o leitor, com alguma segurança, do que se trata, registrarei aqui a definição e os objetivos que constam do já citado decreto norma federal que o regulamenta que estabelece que o ZEE é um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Seu objetivo geral é organizar, de forma vinculada, ou seja, obrigatória, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos

naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Daí se vê a sua importância, já que, além de ser uma obrigação legal dos Estados Federativos como Mato Grosso, o zoneamento é um expediente essencial para organizar o desenvolvimento de um determinado território, para que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Ou, como já se disse inúmeras vezes, para que não façamos como os personagens da fábula e não “matemos a galinha dos ovos de ouro”, explorando desordenadamente os recursos naturais (solo, florestas, águas, minérios etc.) e desrespeitando os modos de vida daqueles que vieram antes de nós, até que se esgotem e se extingam.

Ora, esse é exatamente o dilema do Estado de Mato Grosso, uma unidade territorial de confluência de três biomas (Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal), isto é, com riquezas naturais imensas e diversidade de povos e espécies única no planeta, e, ao mesmo tempo, o paradigma da fronteira agrícola nacional, considerado “o case de sucesso do agronegócio brasileiro”, maior produtor de soja, algodão, milho e carne bovina do Brasil.

Como então garantir que essa enorme riqueza social, econômica e ecológica que,

como diz o art. 225 da Constituição Federal é um “bem de uso comum do povo”, não seja destruída para atender as demandas da atual dinâmica econômica mundial, gerando riquezas para poucos e formas de renda momentâneas para outros? Como assegurar que esse tesouro de matas, rios, serras, terras férteis e povos originários e tradicionais possa participar desse modelo de desenvolvimento sem ser consumido por ele?

Penso que a única forma é por meio da adoção efetiva de instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável — que permite satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras — como o ZSEE, como prática pública e privada no uso dos recursos naturais do território mato-grossense, respeitando-se, também, os modos de vida tradicionais na sua utilização, ou seja, com a obediência aos chamados direitos socioambientais.

*ALEXANDRE CÉSAR é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso — IHGMT, Procurador do Estado e Professor Associado da UFMT



Violência invisível

Christiany Fonseca (*)

A série “YOU”, da Netflix, conquistou o público ao mostrar a história de Joe Goldberg, um homem aparentemente gentil, atencioso e apaixonado, mas por trás dessa fachada de príncipe encantado, revela-se um perseguidor, controlador e assassino. O sucesso da série expõe, de forma inquietante, a romantização de comportamentos abusivos e o fascínio que muitas vezes se cria em torno do algoz. Essa narrativa não é apenas ficção, ela reflete dinâmicas reais de relações marcadas pelo machismo, pela misoginia e, em casos extremos, pelo feminicídio.

No Brasil, essa realidade tem se mostrado brutal. Em Cuiabá, a menina Heloysa Maria de Alencastro Souza, de apenas dezesseis anos, foi assassinada brutalmente em um caso que chocou a capital cuiabana. Assim como Heloysa, outras seis mulheres foram vítimas de feminicídio em vinte e quatro horas no Rio Grande do Sul durante a Sexta-feira Santa, um dado alarmante que demonstra como a violência de gênero está naturalizada em nossa sociedade.

O que conecta essas tragédias ao enredo de “YOU” é a forma como tudo parece começar de maneira inofensiva, até encantadora. O homem se mostra cuidadoso, interessado, protetor. O ciúme, a princípio, é interpretado como prova de amor, “ele se importa tanto comigo!”. Pequenas invasões de privacidade, manipulações sutis e controle disfarçado de cuidado vão se acumulando. Quando a mulher se dá conta, está presa em uma relação tóxica, e o que parecia amoroso se revela um ciclo de abuso que, muitas vezes, termina no ápice do assédio, o feminicídio.

As mulheres vivem hoje em constante estado de alerta. Estão inseguras para confiar, para se relacionar, para simplesmente existir. Esse medo não é infundado, é produto de um machismo estrutural que ainda permeia todas as esferas da sociedade. É o mesmo machismo que relativiza agressões, que pergunta o que a vítima estava vestindo, que tenta justificar o ciúme como sinal de paixão.

A série “YOU” escancara, mesmo que sem essa intenção declarada, o quanto estamos condicionados a enxergar certos comportamentos abusivos como demonstrações

de afeto. Joe Goldberg, com sua aparência de bom moço e discurso sensível, simboliza o perigo oculto em uma cultura que naturaliza a violência contra a mulher e romantiza o controle masculino sobre suas vidas.

Ainda vivemos em uma sociedade onde a desigualdade de gênero é gritante. As mulheres continuam a ganhar menos, ocupar menos espaços de poder e serem mais responsabilizadas pelos fracassos das relações. Além disso, são minoria nos cargos de liderança política e empresarial, enfrentam maiores obstáculos para acessar educação de qualidade em várias regiões, e são frequentemente invisibilizadas nas decisões que impactam suas próprias vidas.

Mulheres também têm sua autonomia constantemente ameaçada, sendo desestimuladas a denunciar abusos por medo da revitimização, e muitas vezes enfrentam um sistema de justiça que ainda as trata com desconfiança.

O caso de Heloysa Maria e o assassinato das seis mulheres no Rio Grande do Sul, são lembretes cruéis de que essa história, que começa com promessas de amor

eterno, pode terminar em tragédia. Precisamos romper o ciclo. Precisamos enxergar o que está por trás do “cuidado” excessivo, do ciúme possessivo, das pequenas violências cotidianas que, juntas, formam a base do feminicídio.

Denunciar o abuso, desconstruir o machismo, proteger as mulheres e educar para o respeito e a igualdade não são tarefas opcionais, são medidas urgentes para que histórias como essas parem de se repetir.

É fundamental reconhecer que enquanto persistirem as desigualdades entre homens e mulheres no trabalho, na política, na educação, na justiça e no espaço doméstico, a violência de gênero continuará a ser uma tragédia anunciada. Combater o feminicídio é, também, lutar para eliminar essas desigualdades em todas as suas formas.

*CHRISTIANY FONSECA é professora no IFMT e doutora em Sociologia.



UFMT

Caiubi Kuhn (*)

A Universidade Federal de Mato Grosso tem sido tema de diversas reportagens e textos de opinião nos últimos meses, tratando problemas em seus prédios, questões de segurança, entre outros, todos resultado da crise orçamentária que a instituição enfrenta. Mas como uma universidade tão importante chegou a essa situação? E o que pode ser feito para resolver esse cenário? Esses serão alguns dos temas abordados neste artigo.

Para compreender o problema, é necessário analisar a evolução — ou melhor, a drástica redução — do orçamento ao longo das últimas décadas. Em 2013, o orçamento destinado ao custeio e funcionamento da

universidade era de 113 milhões de reais; no mesmo ano, a instituição contava com mais de 42 milhões para investimentos. Corrigidos pelo Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M), esses valores equivaleriam hoje a cerca de 267 milhões e 101 milhões de reais, respectivamente. No entanto, o orçamento atual previsto para 2025 destina apenas 112 milhões ao custeio e funcionamento de todos os campi da instituição, e apenas 17,5 milhões para investimentos — sendo 16,5 milhões provenientes de emendas parlamentares. Ou seja, mesmo em valores nominais, o orçamento de 2025 é inferior ao de 2013. Considerando a inflação, a UFMT opera hoje com cerca de 40% do orçamento que tinha há mais de uma década.

A falta de orçamento adequado, e consequentemente a ausência de manutenções e investimentos, coloca em risco inúmeros laboratórios e equipamentos de alto valor, que podem ser afetados pelas más condições estruturais. Estudantes, professores e técnicos também são impactados, seja pela precariedade dos espaços de trabalho, seja por questões de segurança.

O Estado de Mato Grosso também perde com isso. Diversas lideranças políticas, empresariais, sociais e comunitárias passaram pela UFMT, como, por exemplo, o atual governador do Estado, Mauro Mendes, formado em Engenharia Elétrica pela instituição. A universidade é um espaço fundamental para a formação de profissionais e para o desenvolvimento de pesquisas e inovações.

A redução orçamentária que atinge a UFMT não é um problema isolado: afetou as instituições federais de ensino superior. Algumas, no entanto, conseguiram, por meio de articulação política com o parlamento, garantir fontes adicionais de recursos via emendas parlamentares, tanto para funcionamento quanto para investimentos. Um bom exemplo disso é o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que, de 2018 até agora, articulou junto à Bancada Federal mais de 198 milhões de reais, enquanto a UFMT, no mesmo período, não chegou nem à metade desse valor. Para efeito de comparação: no orçamento de 2025, o IFMT conseguiu mais de 79 milhões de reais em emendas — 25 milhões para funcionamento e 54 milhões para reestruturação e modernização —, enquanto a UFMT conquistou apenas 16,5 milhões, dos quais 13,5 milhões foram destinados para as obras inacabadas do campus de Várzea Grande.

Nos próximos anos, os desafios da UFMT tendem a se intensificar. Além da necessidade de concluir o campus de Várzea Grande e de operacionalizar o recém-anunciado campus de Lucas do Rio Verde, a universidade precisará de recursos para resolver problemas estruturais nos campi de Cuiabá, Sinop e Araguaia. A ampliação dos campi implicará também uma demanda crescente por serviços de segurança, limpeza, assistência estudantil, entre outros, pressionando ainda mais o já escasso orçamento.

O fortalecimento da UFMT e a superação de seus problemas orçamentários dependem do aumento do apoio da bancada federal, da construção de parcerias com o governo estadual e prefeituras, e do fortalecimento da captação de recursos por meio de projetos em órgãos de fomento, iniciativas privadas e geração de renda própria. Além disso, o governo federal, caso queira de fato valorizar a educação e a ciência, precisa urgentemente corrigir a defasagem orçamentária das universidades federais.

Desde a sua origem, as universidades sempre mostraram sua importância para o desenvolvimento de estados e nações. Mato Grosso precisa acompanhar o cenário global de desenvolvimento científico e tecnológico, e a UFMT é peça-chave nesse processo. Uma UFMT forte significa um estado mais forte, inovador e competitivo.

*CAIUBI KUHN é geólogo, doutor cotutela em Geociência e Meio Ambiente (Unesp) e Environmental Sciences (Universidade de Tübingen), professor na UFMT, presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo)



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

CASA DOS HORRORES

Operação Perfídia revela esquema de propina na Câmara de Cuiabá: vereadores trocavam votos por pagamentos, com R\$ 250 mil em propina

Investigação detalha esquema

Da Redação

Gabinetes de vereadores eram usados como palco para negociações ilícitas e entrega de propina, conforme revelam investigações conduzidas pelas Delegacias Especializadas de Crimes Tributários (Defaz) e de Combate à Corrupção (Deccor). A apuração culminou na deflagração da Operação Perfídia e teve como alvos principais os vereadores Chico 2000 (PL) e Sargento Joelson (PSB), além de funcionários e um sócio da construtora HB20 Construções.

De acordo com o material reunido pela Polícia Civil, os parlamentares teriam articulado a aprovação de um projeto de lei encaminhado pela Prefeitura de Cuiabá que visava a regularização de débitos do Município com a União. A medida permitiria à gestão municipal receber novos repasses de recursos federais. Em troca da aprovação da proposta, os vereadores teriam solicitado propina à empresa HB20, responsável

pelos obras do Contorno Leste.

As tratativas teriam ocorrido dentro da própria Câmara Municipal, nos gabinetes dos vereadores, segundo consta nos autos. “No caso em tela, as evidências apontam que os investigados Joelson Fernandes do Amaral e Francisco Carlos Amorim Silveira (Chico 2000), valendo-se de seus mandatos eletivos e da estrutura da Câmara Municipal de Cuiabá, orquestraram um esquema de solicitação e recebimento de propina, utilizando-se de aplicativos de mensagens para coordenar as ações e garantir a aprovação de interesses particulares em detrimento do bem público”, registra a denúncia.

A investigação identificou que Sargento Joelson teria recebido R\$ 250 mil a título de propina, sendo R\$ 150 mil transferidos via Pix para um intermediário identificado como José Márcio da Silva Cunha, e outros R\$ 100 mil pagos em espécie diretamente ao vereador. Os paga-

mentos foram operacionalizados por João Jorge Souza Catalan Mesquita, funcionário da HB20 Construções. A versão foi reforçada por conversas extraídas de aplicativos de mensagens, onde Joelson e João Jorge tratavam diretamente sobre a aprovação do projeto.

O valor de R\$ 250 mil teria sido dividido com outros parlamentares da Câmara Municipal para garantir quórum suficiente para a votação. Embora os nomes dos demais vereadores não tenham sido revelados, a decisão da juíza Edna Ederli Coutinho, do Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo), aponta que há indícios de participação de outros membros do Legislativo. “O vereador Joelson aduziu ao intermediador João Jorge que o montante recebido também seria destinado a outros parlamentares para garantir quórum necessário para a aprovação do projeto”, aponta o documento.

Após a aprovação do projeto de lei, a Prefeitura de Cuiabá efe-



Investigação revela esquema: vereadores recebiam pagamentos para aprovar projetos. Operação já identificou R\$ 250 mil em propina

tuou um repasse de R\$ 4.849.652,46 à HB20 — o maior valor pago à empresa desde o início do contrato, que ultrapassa os R\$ 125 milhões. Essa coincidência temporal entre a tramitação do projeto e o pagamento levantou suspeitas da polícia quanto à possível troca

de favores. “A referida coincidência temporal, analisada em conjunto com os demais elementos informativos, elevou o grau de suspeita sobre a natureza dos pagamentos realizados, indicando uma possível correlação entre a atuação dos agentes públicos e o benefício financeiro

auferido pela empresa”, conclui a investigação.

Os vereadores Chico 2000 e Sargento Joelson foram afastados dos cargos por decisão judicial. Além disso, foram alvos de mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça de Cuiabá. A apuração segue em andamento.

CONTINUIDADE

TCE antecipa eleição e Sérgio Ricardo será reeleito



Conselheiro Sérgio Ricardo será reeleito presidente do TCE-MT após antecipação de eleição. Decisão unânime destaca continuidade de gestão

TCE-MT

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, será reeleito presidente da instituição, de forma inédita. Na sessão ordinária da última terça-feira (29), os membros foram unânimes na definição da candidatura única do atual presidente para comandar a 58ª Mesa Diretora do TCE-MT.

Conforme alteração regimental aprovada, a eleição, que seria realizada em novembro, foi antecipada para a última sessão plenária de junho, garantindo tempo adequado para o processo de transição de gestão. Também serão definidos, na ocasião, o novo vice-presidente e o corregedor-geral. A votação é secreta e somente con-

selheiros podem votar e ser votados.

A reeleição do conselheiro ao cargo é resultado de um trabalho inovador, que amplia o papel do controle externo, construindo soluções para os principais desafios enfrentados pelo estado. Ao agradecer o apoio unânime, o presidente Sérgio Ricardo destacou a confiança dos colegas e o compromisso com a continuidade da gestão.

“Estou muito feliz pela oportunidade que vossas excelências me concedem de ser novamente presidente do Tribunal de Contas. Contem comigo, com meu trabalho, companheirismo e parceria. Fico feliz que estou sendo aprovado, que aquilo que tenho feito aqui está sendo aprovado por unanimidade. Estou recebendo

esse voto porque vossas excelências estão satisfeitas comigo, e isso me dá ainda mais força para continuar sendo assim. Vamos continuar trabalhando, porque é isso que a população espera de nós. Estaremos sempre juntos pelo melhor para Mato Grosso”, afirmou Sérgio Ricardo.

O conselheiro Antonio Joaquim afirmou que a decisão coletiva reforça o compromisso institucional com o fortalecimento do controle externo. “Vossa excelência foi inteligente em aceitar, porque a unanimidade não pode ser dispensada. Se estamos todos fazendo esse pacto, é porque estamos endossando a gestão. Com nossa visão crítica e experiência — já que todos foram presidentes —, estamos satisfeitos com os encaminhamen-

tos. Temos que enfrentar juntos, com convergência e unanimidade, problemas que precisam ser mitigados. O controle externo tem que ser revigorado. Tenho certeza de que vossa excelência tem esse compromisso.”

O conselheiro José Carlos Novelli também manifestou apoio à continuidade da gestão. “Em cima das opiniões e troca de ideias, vossa excelência resolveu assumir uma tarefa difícil, que é presidir esse Tribunal. Pela gestão que está fazendo, está ultra preparado para mais dois anos de mandato. Tenho certeza de que serão anos prósperos, como está sendo este. Não tenho dúvida de que é a pessoa certa para conduzir o Tribunal. Fico feliz e desejo sucesso absoluto nesse novo mandato.”

OPERAÇÃO PERFÍDIA

“Se for necessário, eu saio”, diz Chico 2000

Da Redação

Alvo de busca e apreensão na Operação Perfídia, da Delegacias Especializadas de Crimes Tributários (Defaz) e de Combate à Corrupção (Deccor), que investiga um esquema de corrupção na Câmara de Cuiabá, o vereador Chico 2000 (PL) disse que está “autorizado a sair do partido” do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Eu estou autorizado pelo PL a sair no momento em que eu quiser. E se eu achar necessário eu saio”, avisou.

O parlamentar já havia ensaiado deixar o partido no início do ano. Isso porque, o vereador perdeu a liderança do PL no parlamento, não preside comissões importantes e perdeu a reeleição para a presidência da

Mesa para a atual presidente Paula Calil (PL), que é ligada ao prefeito Ábilio Brunini (PL).

“SEM PRÉ-JULGAMENTO” - Ábilio comentou que não cabe a ele decidir sobre a possibilidade de expulsar Chico 2000 do PL. Conforme o gestor, decisões da sigla devem ser tomadas pelo presidente do PL em Mato Grosso, o secretário de Governo de Cuiabá, Ananias Filho. Além disso, Ábilio falou que não irá fazer pré-julgamentos quanto ao vereador.

“Cabe ao presidente do partido uma avaliação. O Chico já tinha solicitado uma possível saída do partido na época da disputa pela presidência da Câmara, e isso ficou em aberto, ele ficou esperando o momento dele fazer, mas

isso não cabe a mim. Estou na condição de prefeito, não na condição de um deputado ou de líder partidário”, comenta.

Ábilio ressalta ainda que comentários precoces sobre o caso podem levar a outros efeitos colaterais entre as relações entre o Executivo e o Legislativo.

“Então, na condição de prefeito, tenho que ter cautela ao comentar essa situação porque as repercussões e as ressonâncias disso podem dar outros efeitos colaterais entre as relações entre o Executivo e o Legislativo. Então, eu deixo que a Polícia Civil faça as investigações e que no momento certo a gente tenha clareza sobre os fatos”, ponderou.

OPERAÇÃO NA CÂMARA - Além de Chico 2000, o vereador Sar-

gento Joelson (PSB) também foi alvo de busca e apreensão. As investigações tiveram início a partir de denúncia recebida pela Deccor em 2024, onde aponta que os vereadores teriam solicitado a um funcionário da empresa responsável pela execução das obras do Contorno Leste, propina para a aprovação de matéria legislativa que possibilitou o recebimento de pagamentos devidos pelo município à referida empresa no ano de 2023.

Uma parte dos valores foi depositada em conta indicada por um dos vereadores, e há indícios de que a outra parte tenha sido paga em espécie ao parlamentar, no interior de seu gabinete na Câmara, onde as negociações teriam ocorrido.



Alvo da Operação Perfídia, Chico diz que está autorizado a deixar o PL a qualquer momento

CAROÇO DE ALGODÃO

Haid Group investirá US\$ 80 mi em MT para fábrica de processamento de caroço de algodão, gerando 150 empregos. Localização sai em maio

Grupo vai investir US\$ 80 mi em MT

Débora Siqueira |
Sedec-MT

A empresa chinesa Haid Group planeja instalar uma unidade de processamento de caroço de algodão em Mato Grosso, em um investimento estimado em mais de US\$ 80 milhões, que poderá gerar cerca de 150 novos postos de trabalho.

O Haid Group é um dos líderes globais na produção de ração animal, com ampla presença internacional, contando com mais de 600 subsidiárias em países como China, Vietnã, Índia, Indonésia, Egito e Equador.

Na última segunda-feira (28.4), o governador Mauro Mendes recebeu, no Palácio Paiaçu, o diretor sênior do grupo chinês, Lee Yong Qiong, acompanhado do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda.

Esta é a terceira visita de representantes da Haid Group a Mato Grosso. Em fevereiro, a comitiva estrangeira

percorreu diversas cidades do interior do estado, acompanhada pela equipe de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), para avaliar áreas potenciais para a instalação da fábrica. Atualmente, a empresa avalia duas cidades como possíveis locais para a nova unidade.

Durante a reunião, o diretor Lee Yong Qiong agradeceu o apoio do governo estadual e detalhou os próximos passos do projeto. Ele destacou a hospitalidade da população mato-grossense e a qualidade da produção de caroço de algodão no Estado como fatores decisivos para o investimento.

“Há um ambiente favorável para irmos para cá. A produção de caroço de algodão de Mato Grosso tem boa qualidade e quantidade suficiente para atender à nossa demanda.

Queremos manter investimentos aqui, e a fábrica trará grandes benefícios econômicos para o estado e

para a nossa empresa”, afirmou o diretor, que também convidou o governador a visitar a matriz da Haid Group na China.

O governador Mauro Mendes ressaltou a importância de atrair investidores internacionais e comemorou o avanço do projeto. A decisão final sobre a localização da fábrica deve ser anunciada ainda em maio, com previsão de início das operações em até 20 meses após o início da construção.

“O grupo já está em estágio avançado de definição, avaliando algumas cidades para a instalação da nova planta, que vai gerar empregos e impulsionar a cadeia do agronegócio, um setor que continua a se expandir e a criar oportunidades na indústria.

Mato Grosso está cada vez mais atraindo empresas, especialmente aquelas ligadas à transformação de proteínas animais e vegetais. Esse movimento gera empregos de qualidade e, acima de tudo, novas oportunidades em todos os



Governador recebe diretor da chinesa Haid Group, que planeja fábrica de US\$ 80 mi em MT para processar caroço de algodão, gerando 150 empregos

setores relacionados”, afirmou o governador.

O secretário César Miranda reforçou que Mato Grosso é o local ideal para o investimento da Haid Group, em razão de sua forte produção de algodão e proteína animal.

“Qual é o estado que mais produz algodão

no Brasil? Mato Grosso! Qual é o estado que mais cresce na produção de proteína animal, seja suínos, aves, bovinos ou peixes? Mato Grosso. Somos os maiores produtores das matérias-primas que essas empresas precisam, temos os melhores incentivos fiscais e uma logística

que está avançando a passos largos, com quase 5 mil quilômetros de novos asfaltos e uma ferrovia em construção.

Eles terão todo o apoio, como tantas outras empresas já tiveram. Temos a indústria que mais cresce proporcionalmente no Brasil”, destacou.

DIA DAS MÃES

CDL revela que 75% dos cuiabanos vão presentear

Gabriel Soares

O otimismo com o Dia das Mães movimentou o comércio cuiabano neste mês de maio. Levantamento da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá) revela que 75,20% dos consumidores pretendem ir às compras para celebrar a data, considerada a segunda mais importante do varejo. A pesquisa, feita com 528 pessoas, indica que 85% dos entrevistados pretendem comprar dois presentes e 72% tomam a decisão após saber o que a mãe deseja ganhar.

Com expectativa de injetar cerca de R\$ 230 milhões na economia

local, a CDL estima que mais de 345 mil pessoas devem circular pelas lojas da capital nas próximas semanas. O presidente da entidade, Júnior Macagnam, destaca que o dado reforça a relevância do período para o comércio.

“Mais da metade dos consumidores (58,78%) realiza pesquisa de preços antes da compra, o que mostra um cliente mais atento e exigente”, afirmou.

Entre os produtos mais procurados, perfumes e cosméticos lideraram com 43,26% das intenções, seguidos por roupas e calçados (21,88%). Bolsas, utensílios domésticos, flores e artigos para casa so-

mam 17,56%, enquanto acessórios aparecem com 8,14%.

Apesar do cenário positivo, Macagnam chama a atenção para a necessidade de inovação por parte dos comerciantes. A maioria (72,52%) ainda prefere comprar nas lojas físicas, mas as compras online já somam 22,90%, e 9,40% optam por outros canais. “O lojista precisa inovar para atrair o cliente. A praticidade, a possibilidade de ver o produto e a fidelidade com o estabelecimento pesam na escolha do local de compra”, reforça.

A maioria dos consumidores (70,41%) deve comemorar a data em casa, o que representa

oportunidades para setores como supermercados, confeitarias e delivery. Outros 22,85% planejam ir a restaurantes, enquanto 4,87% devem optar pelos shoppings e 1,87% pelos parques. Conforme a CDL Cuiabá, esse cenário indica oportunidades para segmentos como supermercados, confeitarias e serviços de entrega.

AQUECIMENTO NACIONAL - Dados do Instituto Locomotiva, em parceria com a QuestionPro, reforçam a tendência nacional de crescimento no consumo para o Dia das Mães. O levantamento aponta que 80% dos brasileiros pretendem comprar

presentes este ano, número superior ao registrado em 2024 (71%).

O estudo mostra ainda que o desejo de presentear é mais forte nas classes D e E (87%), seguido pela classe C (81%) e pelas classes A e B (80%). Dois a cada três brasileiros devem gastar entre R\$ 100 e R\$ 500, valor que representa a faixa de consumo mais comum (61%). Outros 19% devem gastar até R\$ 100, enquanto uma minoria de 13% já garantiu o presente com antecedência.

A intenção de compra é puxada pelo vínculo afetivo com a figura materna: para 85% dos entrevistados, o Dia das Mães é uma data es-

sencial a ser celebrada. Roupas, calçados, cosméticos e perfumes aparecem entre as opções mais procuradas nacionalmente, refletindo o mesmo padrão observado em Cuiabá.

Para o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, a força da data se espalha por todas as regiões. “O valor do presente pode variar, mas os filhos de todas as classes querem presentear essa figura tão importante”, destacou.

A pesquisa ouviu 1.499 pessoas em todo o país entre 18 e 28 de março, com margem de erro de 2,5 pontos percentuais.

*Com assessoria

DOR NO BOLSO

Conta de luz ficará mais cara a partir de maio

Da Redação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anunciou, na última sexta-feira (25/4), que a bandeira tarifária para o mês de maio de 2025 será amarela. Com isso, os consumidores de energia elétrica em todo o País terão um custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A decisão ocorre diante da redução no volume de chuvas registrada nas últimas semanas, devido à transição entre o período chuvoso e o início da estação seca.

De acordo com a ANEEL, as previsões de chuvas e as vazões nas principais bacias hidrográficas do País ficaram abaixo da média histórica, o que afeta diretamente os níveis dos reservatórios que abastecem as hidrelé-

tricas. Essa condição reduz a capacidade de geração das usinas hidroelétricas, que são as fontes mais baratas e sustentáveis de energia, e aumenta a necessidade de acionamento das termelétricas, que possuem custo de produção mais elevado e, muitas vezes, impacto ambiental maior.

Desde dezembro de 2024, a bandeira tarifária estava verde, indicando condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios cheios e baixa necessidade de uso de fontes alternativas. A mudança para a bandeira amarela sinaliza uma deterioração no cenário hídrico e energético nacional, com custos operacionais mais altos no horizonte próximo.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 e tem como objetivo trazer mais trans-

parência para os consumidores sobre a situação do setor elétrico. Através desse mecanismo, a população pode entender melhor por que a conta de luz pode sofrer variações mesmo sem aumento nas tarifas fixadas pelas distribuidoras.

A bandeira verde indica que as condições de geração são boas e não há cobrança adicional na conta de luz. A bandeira amarela, como a adotada para maio, representa um sinal de alerta, com geração menos favorável e necessidade de ajustes. Já as bandeiras vermelhas, em seus dois níveis, indicam condições críticas, com maior uso de termelétricas e cobrança mais elevada.

Com o acionamento da bandeira amarela, a ANEEL reforça a importância de adotar medidas de economia de energia no dia a dia.

Pequenas atitudes, como apagar luzes ao sair dos ambientes, desligar aparelhos eletrônicos da tomada, utilizar lâmpadas LED e evitar o uso excessivo de ar-condi-

cionado, podem fazer diferença tanto no orçamento doméstico quanto na preservação dos recursos naturais.

A agência também alerta que o cenário po-

derá se agravar caso as condições climáticas não melhorem, o que pode levar à adoção de bandeiras tarifárias ainda mais onerosas nos meses seguintes.



Conta de luz ficará mais cara em maio: bandeira amarela eleva cobrança em R\$ 1,885 a cada 100 kWh; ANEEL alerta para consumo consciente